A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro

Helgio Trindade*

Resumo: O artigo relaciona a Legalidade com o movimento estudantil universitário brasileiro e o particularmente gaúcho. As lideranças da União Nacional de Estudantes (UNE), criada em 1937, portadoras de ideais nacionalistas e críticas do perfil elitista da universidade brasileira, ao participarem da resistência política contra o golpe de 1961, atingiram outro patamar no processo de institucionalização do movimento estudantil. A hipótese é que, a partir da Legalidade, houve um amadurecimento e um avanço no processo de inserção dos universitários na vida política brasileira, permitindo a expansão da UNE, apoiada pelo governo Goulart, por todo o território nacional.

Palavras-chave: UNE. Reforma Universitária. Legalidade. UEE. Movimento estudantil

* Professor Titular aposentado do Departamento de Ciência Política e ex-Reitor da UFRGS, atual Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Introdução

As análises sobre o movimento estudantil na década de 1960 têm sido omissas quanto à importância da Legalidade na expansão da ação político-ideológica da União Nacional de Estudantes (UNE) e sua inserção no processo de luta em favor das Reformas de Base no governo João Goulart (Jango).

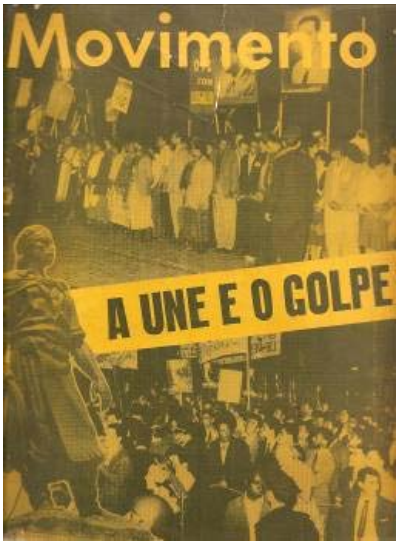
Dois fatos foram relevantes para a história da UNE, durante e depois do movimento da Legalidade, na conjuntura entre a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto, e a posse do presidente Goulart, em 7 de setembro de 1961.

O primeiro refere-se à transferência temporária da sede da UNE, presidida por Aldo Arantes, para o Palácio Piratini, em Porto Alegre, durante a Legalidade, irradiando para o país sua posição militante de resistência democrática e solidariedade irrestrita com a mobilização liderada por Brizola, em defesa da posse legal de Jango diante do veto dos militares.

O segundo resultou da convergência político-ideológica entre o programa de ações estabelecido pelos dirigentes da UNE e das UEEs estaduais, pelo *Conselho Extraordinário dos Estudantes,* realizado no Palácio Piratini, de 16 a 21 de setembro, e o apoio estratégico do governador Brizola, obtido junto à VARIG, para que as *Caravanas da UNE Volante* percorressem todo o país, viabilizando a nacionalização efetiva do movimento estudantil e o avanço da luta pela Reforma Universitária.

No contexto da luta em favor da Legalidade, desdobrou-se uma etapa decisiva na conscientização da importância da UNE na vanguarda da luta política, associada às organizações de esquerda e aos movimentos populares.

A UNE: das raízes até a mobilização da década de 1960



Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.[1]

A luta estudantil por reformas educacionais começou no Rio de Janeiro, em 1929, antes da fundação da UNE, com o primeiro *Manifesto de Estudantes Universitários*, ainda no final da República Velha e às vésperas da Revolução de 1930. O documento denunciava a estagnação burocrática e escolástica da educação superior brasileira, o ensino dogmático e propunha uma universidade moderna, compatível com o momento histórico e a realidade social brasileira.

Na verdade, a UNE, como órgão nacional de representação estudantil, nasceu na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1937, durante a reunião do *I Conselho Nacional de Estudantes*, e instalada solenemente por Gustavo Capanema, ministro de Educação na época. Contou com o apoio do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No entanto, seu reconhecimento oficial somente ocorreu no *II Congresso Nacional*, em dezembro de 1938, quando recebeu o apoio de 82 associações universitárias e secundárias de todo o país. A sessão de encerramento foi presidida por Capanema que assumiu publicamente o compromisso de "[...] levar em consideração as conclusões do Congresso no estudo de uma reforma educacional brasileira, além de garantir o respeito à autonomia dos estudantes". Tratava-se do primeiro documento versando sobre a temática da reforma universitária proposto pela UNE e encaminhado ao governo com o título de *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*, e sua publicação na íntegra encontra-se na mesma fonte. Os dirigentes da UNE foram recebidos no Palácio do Catete pelo presidente Getulio Vargas, que declarou "[...] acolher com a maior simpatia as sugestões culturais e de ordem econômica que os mesmos apresentavam ao Governo, através de todos os trabalhos do Congresso". Na ocasião, foi eleita a primeira diretoria da UNE pelo voto dos membros do Conselho Nacional de Estudantes, da qual foi presidente o "gaúcho Valdir Ramos Borges". (POERNER, 1968, p. 136-144)

Embora esse documento não fizesse referência explícita ao movimento da Reforma Universitária de Córdoba (1918), o texto já continha alguns elementos da problemática da reforma. O *Plano de Sugestões* estruturava-se em várias divisões, com propostas concretas: 1) *Solução para o problema educacional*, propondo

> [...] ensino popular (extensivo) obrigatório; ensino profissional (intensivo). nacionalização do ensino (em função das comunidades étnicas germânicas e italianas no Sul); 2) Solução do problema econômico do estudante (abolição gradativa das taxas escolares); 3) Reforma dos objetivos gerais do sistema educacional (oferecer o máximo de oportunidades para o máximo de pessoas em idade escolar e a articulação entre os diversos graus de ensino). O núcleo do documento está na proposta da *Reforma Universitária*: (POERNER, 1968, p. 322-327)

"[...] promover e estimular o desenvolvimento do saber através do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais", "a difusão da cultura

pela integração da Universidade na vida social popular". A UNE propõe cursos de extensão "nas cidades e nos campos e dirigidos diretamente ao povo"; "criação de universidades populares". No que concerne à organização da Universidade, postulam "a autonomia educacional e administrativa (eleição de reitor e diretores das escolas pelo corpo docente e discente, juntamente representados no Conselho Universitário), o que será, na década de 1960, aprofundado com as propostas do co-governo. (POERNER, 1968, p. 322-327).

Em seu clássico livro *Estudiantes y Política em América Latina: 1918-1938, el processo de reforma universitária*, o sociólogo argentino Juan Carlos Portantiero (1968) resgata que "[...] hace sessenta años, los estudiantes de América Latina extendian por todo el continente la insurgência de La reforma universitária". Refere-se ao momento histórico em que essa

> [...] chama propagou-se no começo de 1918 na Argentina, não em Buenos Aires, mas em Córdoba [...] uma cidade adormecida há muitos séculos por um pesado torpor hispânico e clerical. Desde então rompeu suas fronteiras, se estendeu primeiro em todo o pais [...] e se instalou, durante mais de uma década, em todo o continente. (PORTANTIERO, 1968, p. 13).

Nos países ibero-americanos, nas décadas de 1920 a 1940, a Reforma de Córdoba, teve um impacto direto nas universidades do Chile, Bolívia, Uruguai, México e Cuba, além de influenciar a fundação da Ação Popular, no Peru, por Haya de Torre. Tal ideário não foi acolhido com a mesma força no Brasil (como o foi na década de 1960), mas de forma esparsa e fragmentária.

O impacto limitado entre os líderes da UNE, deve-se, em grande medida, ao fato de que o movimento universitário era, no Brasil, mais recente e menos politizado do que em outros países da América Latina; mas também pelo caráter estatal da formação do sistema universitário público brasileiro que bloqueou, em seu nascedouro, a afirmação da *autonomia universitária*, tão relevante na tradição de lutas em outros países latino-americanos.

O movimento estudantil, liderado pela UNE e pelo DCE do Brasil, no contexto da Segunda Guerra Mundial, teve um protagonismo importante na luta contra os países do Eixo (Alemanha e Japão) e no apoio ao campo dos Aliados, num período em que o governo estava dividido, pendendo para os primeiros. A divisão estava personalizada nas posições do Chanceler Osvaldo Aranha, com a opinião pública e os estudantes apoiando, de outro, o General Dutra, à frente do aparelho policial-militar, cujo Chefe de Policia era o famigerado Filinto Muller. Em 4 de julho de 1942, os estudantes mobilizados escolheram a data da independência dos Estados Unidos para realizarem a primeira grande passeata na capital federal.

A partir da década de 1940, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra – no campo dos Aliados contra os países do Eixo –, novas bandeiras surgiram no movimento estudantil sob a liderança da UNE. A campanha contra o nazifascismo dominou a agenda dos estudantes. No Congresso Nacional de Estudantes, em março de 1940, a UNE dirigiu a sua primeira mensagem de paz *À Mocidade do Brasil e das Américas*. O documento defende a "Paz e a Neutralidade":

> Com a explosão da guerra ecoaram, ao mesmo tempo, por todo o mundo, as palavras dos homens, dos povos e dos governos clamando pela Paz. [...] A juventude da Américas quer iniciar a luta pela vida num ambiente que não seja de horríveis desajustes econômicos, políticos, intelectuais e morais. O desemprego e pauperismo; a doença e a fome; a tirania e a dor – eis a antecâmara da existência que os moços vão enfrentar amanhã, se esta guerra inexplicável prosseguir.

E a mensagem termina com um forte apelo à "Mocidade do Brasil e da América!":

> Lutai pela paz, não acreditando nos que dizem ser a guerra feita em nome da civilização [...] Lutai pela paz e exigindo que se faça respeitar a *zona de neutralidade*, afastando de nossas águas os perigos da guerra marítima. [...] Lutai pela paz, conservando vivos, bem vivos, os ideais de liberdade e de progresso, que sempre floresceram na América. (POERNER, 1968, p. 328-330)

Os clubes e as associações dos países do Eixo, que manifestavam simpatia pela causa totalitária, foram fechados por decreto-lei do Governo, na medida em que se recusavam a mudar seus nomes alemães, italianos e japoneses. Com o fechamento do *Clube Germânia*, a UNE solicitou, em agosto de 1942, ao Presidente Vargas, a cessão do prédio para instalar sua sede, com o apoio do DCE da Universidade do Brasil. Diante do despacho favorável do Presidente da República, os estudantes ocuparam o prédio do Clube Germânia na Praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro, que se tornaria a sede histórica UNE – incendiada após o golpe militar de 1964.

A partir de 1943, a UNE começou a realizar mobilizações estudantis em todo o país. O Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP – numa atitude mais crítica ao Governo Vargas do que os estudantes do Rio de Janeiro – manifestou-se contra a concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Vargas pelo Conselho Universitário da USP. O episódio obrigou o ministro Capanema a ir a São Paulo para apaziguar os ânimos, com o retorno às aulas dos estudantes de Direito, e o Presidente declinou do título. Em novembro de 1943, os estudantes paulistas voltaram à carga, organizando a *Passeata do Silêncio* contra a não convocação de eleições presidenciais, prevista na Constituição de 1937, que acabou em violenta repressão policial e com a morte do estudante Jaime da Silva Teles.

Em março de 1945, com a vitória dos Aliados quase assegurada, os estudantes passaram a lutar pela campanha da anistia, e alinharam-se com ao candidato de oposição a Vargas, Brigadeiro Eduardo Gomes, na luta pela democratização do país. Num comício do candidato de oposição, a sucessão de Vargas, no Recife, o assassinado do estudante Demócrito de Sousa Filho mobilizou novamente a UNE. Comício nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro marcou a ruptura com o Estado Novo, frustrando a estratégia de *união nacional* em torno de Vargas. Finalmente, com o decreto de anistia do Governo, mais uma bandeira foi conquistada pelos estudantes, embora tendo como consequência a cisão do movimento estudantil com a maioria aderindo à União Democrática Nacional, e a minoria de esquerda, com Luís Carlos Prestes, sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro.

A partir de 1947 até 1950, iniciou-se a fase de hegemonia na UNE do Partido Socialista (PSB), com a eleição de dirigentes vinculados a essa tendência, o que exacerbou a repressão policial contra os estudantes. Nesse período, a entidade foi marcada pela luta em favor da "emancipação econômico-social" e liderou campanhas do monopólio estatal do petróleo (*Campanha O Petróleo é Nosso*).

No período de 1950 a 1956, houve um hiato com relação ao perfil anterior da UNE. Polarizou-se a disputa entre os partidos acadêmicos *Movimento pela Reforma*, de cunho socialista, e a *Aliança Liberal Acadêmica*, ligada à União Democrática Nacional (UDN). Nessa nova conjuntura, a direita conquista a UME no DF.

Observa-se que "[...] durante os anos desenvolvimentistas e de ambíguo nacionalismo, a UNE vai assumindo posições nacionalistas cada vez mais radicais". (GOMEZ DE SOUZA, 1984, p. 83). No governo de JK, em maio de 1956, os estudantes contaram pela primeira vez com o apoio de sindicatos operários em sua campanha contra o aumento da passagem de bondes no Rio de Janeiro. Dessa aproximação nasceu um movimento mais amplo: a *União Operária-Estudantil contra a Carestia*. Nessa ocasião, a polícia invadiu a sede da UNE. Com o fim da hegemonia da direita na direção da UNE, a entidade realizou, entre 1956 e 1957, campanhas nacionalistas contra as multinacionais *American Can* e contra as assinaturas pelo Brasil dos Acordos de Roboré, favoravel à multinacional *Gulf*.

Na década de 1960, o movimento estudantil passou por uma reestruturação no plano nacional: organizou e fundou diretórios centrais dos estudantes (DCE) e diretórios acadêmicos (DA). À época, sob influência da Revolução Cubana, setores amplos das sociedades latino-americanas engajaram-se num processo de ideologização e politização crescentes na construção das diversas vias para o socialismo possível. Nesse período, estabeleceu-se nas ações da UNE o trabalho em *frente-única* entre a esquerda católica (Ação Popular) e a esquerda tradicional (PCB). Essa hegemonia da esquerda estudantil tinha muitas convergências táticas e, igualmente, muitas questões em disputa. A fase que se instaurou, até o golpe militar de 1964, marcou o início de um período de hegemonia dos católicos de esquerda, na diretoria da UNE, em frente única com os comunistas.

Houve, a partir de então, mudanças significativas na militância estudantil. Uma nova organização entrou no espaço da UNE: iniciou "a fase da ascensão católica", simbolizada pela eleição de Aldo Arantes para a Presidência do DCE da PUC-RJ. Em junho de 1961, foi realizada a *Semana Social* da PUC-RJ em que se reuniram teólogos jesuítas e dominicanos e intelectuais leigos, o que vem resultar na elaboração do Manifesto do DCE, cujos termos já indicam uma nova linha político-ideológica, ao assumir que

> [...] temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento dentro da perspectiva cristã, como um passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo. [...] Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir a opressão dos humildes. (MANIFESTO DO DCE/PUC-RJ, 1961).

O novo período foi resultado da transformação ideológica da Juventude Universitária Católica (JUC) e sua dissensão com a hierarquia da Igreja, originando uma articulação mais engajada no plano político. No inicio de 1962, reuniu-se, em Belo Horizonte, uma centena de jovens profissionais e estudantes provenientes do jornal *Ação Popular* da cidade e de outros centros como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, tendo sido convidados também alguns intelectuais e políticos, assim como dirigentes da UNE. Na reunião foi elaborado um *esboço ideológico* ao afirmar que "[...] o *sentido da história* vai na direção do movimento de *libertação*. O esboço tenta elaborar um esquema do processo dialético da relação na sociedade entre um *pólo dominante* e um *pólo dominado*." (GOMEZ DE SOUZA, 1984, p. 175). Na ocasião, foi eleita a primeira coordenação um movimento ainda sem nome, embora a imprensa tenha se referido ao "grupão". No encontro nacional, realizado em Salvador, em março de 1963, é que foi adotado o nome de *Ação Popular* e se aprovou o *Documento-Base* que, em sua introdução proclama:

> A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionaria as opções fundamentais que assumiu

> como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro (GOMEZ DE SOUZA, 1984, p. 175, 197-199).

Este posicionamento público gerou conflitos com a hierarquia católica conservadora, o que redundou na formação de um movimento político-ideológico independente da Igreja. Como analisa Ridenti,

> [...] a tendência de esquerda passou a predominar no interior da JUC e a organizar-se num setor político, especialmente significativo em Minas Gerais onde se destacaram militantes como Herbert José de Souza (Betinho), Vinicius Caldeira Brant, Henrique Novais dentre outros [...] que mantinham relações estreitas com o clero progressista como o Frei Matheus Rocha e o Padre Lage. (RIDENTI, 1999, p. 147)[2]

A UNE e a Legalidade: da resistência democrática à luta pela reforma universitária

A renúncia do presidente Jânio Quadros surpreendeu o país, após uma eleição em que recebeu massivo apoio dos eleitores. Sem analisar as causas possíveis de sua atitude, há um certo consenso de que sua intenção era provocar uma reação popular e voltar com todos os poderes para impor suas políticas ao Congresso Nacional. Era o conflito entre o Brasil urbano que o elegera presidente e um Congresso dominado pelas forças hegemônicas do Brasil rural. Recente biografia sobre João Goulart mostra o ambiente político que precede a renúncia:

> No Congresso Nacional, Jânio encontrava uma feroz oposição ao seu governo. Em conjunto, o PSD, o PTB e o PSP chegavam a 200 parlamentares, enquanto o bloco da situação, com a UDN, o PR e o PDC, não alcançava os cem.

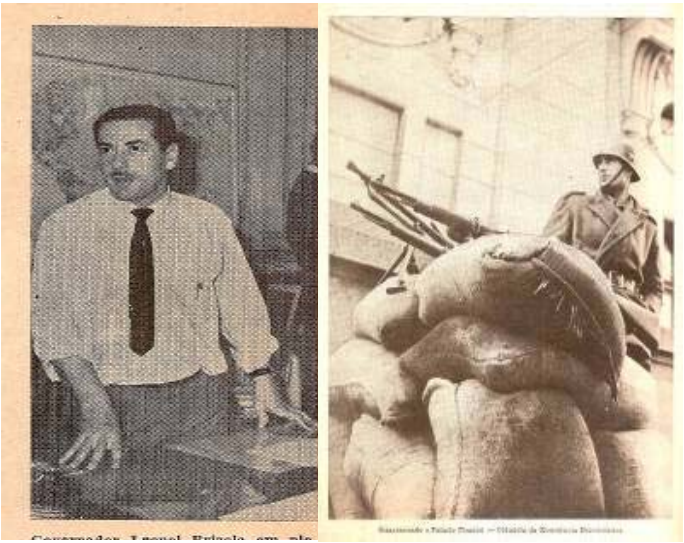
> A UDB agia como cúmplice da oposição, aumentando o isolamento do presidente. [...] O isolamento do presidente se acentuava a cada mês. Os conservadores que o elegeram demonstram insatisfação com a política externa; as esquerdas, notadamente o PTB, atacavam a política econômica. Todos repudiavam as comissões de inquérito. Goulart afastado de Jânio devido às acusações que sofrera, observava os acontecimentos (FERREIRA, 2011).

Nessa conjuntura, Jango recebeu um convite do ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos, para chefiar uma missão comercial na China comunista. Provavelmente, a viagem a um país comunista distante fazia parte dos planos de renúncia de Jânio. Desconfiado, Jango "[...] exigiu que o governo declarasse à opinião pública os objetivos comerciais da missão". O vice-presidente – acompanhado de senadores, deputados e empresários – passou pela União Soviética, onde foi recebido por Khrushchev no Kremlin, e na China teve uma ampla acolhida pelo Primeiro Ministro, Chou En-Lai, e Mao Tse-Tung, na Cidade Proibida. As declarações de amizade e de objetivos comuns foram generosas. Na ocasião, Tung Pi Wu, vice-presidente do Partido Comunista Chinês declarou que "[...] a China estará ao lado do povo brasileiro e dos outros povos latino-americanos". E Jango concluiu seu breve discurso afirmando: "O Brasil e a China marcharão juntos para a prosperidade e independência de todos os povos da Ásia, África e América Latina e lutarão contra o imperialismo para conquistar uma paz duradoura". (FERREIRA, 2011, p. 223)

As análises convergem no sentido de que Jânio planejara um golpe de estado. O envio do seu vice a um país comunista certamente provocaria reações entre os militares contra sua posse. "Antes de partir para o aeroporto de Cumbica, Jânio comunicou sua decisão aos ministros militares. [...] O general Odylio Denis pediu: 'Diga o que é preciso para Vossa Excelência continuar. Nós o faremos'. Jânio, firme em sua posição, abraçou os três ministros e aconselhou: 'Com esse Congresso não posso governar. Formem uma junta'. Foi o que eles fizeram". O Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, declarou vaga a presidência e assumiu o cargo, submetendo-se à junta militar,

e enviou mensagem ao Congresso Nacional comunicando que os ministros militares, manifestaram a "inconveniência" do retorno ao Brasil do vice-presidente, substituto legal do presidente renunciante, que se esse pisasse em solo nacional seria preso. (FERREIRA, 2011, p. 223-229)

Estava configurado o cenário para o protagonismo de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, na resistência democrática em favor da posse do vice-presidente em substituição a Jânio Quadros, conforme estava escrito na Constituição brasileira.



Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

Ao se reconstituir a breve e intensa conjuntura da Legalidade, constata-se que o impacto sobre a UNE e o movimento estudantil brasileiro foi muito significativo. Os dois fatos supramencionados não estiveram dissociados, mas somaram-se, e seus efeitos multiplicadores foram duradouros nas etapas seguintes do processo. O acompanhamento diuturno da dinâmica política e a contraposição de estratégias entre as forças em disputa pela posse de Jango produziram, entre os líderes da UNE, um aprendizado significativo para

seus engajamentos futuros na luta pela *Reforma Universitária e o elenco de Reformas de Base* do novo Governo.

Ademais, a confiança mútua que se estabeleceu pelo diálogo permanente dos dirigentes da UNE com o movimento encabeçado por Brizola e as forcas políticas, militares e populares do RS, viabilizou que a entidade potencializasse sua implantação nacional, com uma linha político-ideológica radicalizada. Da mesma forma, reforçara a ação da entidade no campo da cultura com a criação do *Centro Popular de Cultura*, que era o "órgão cultural da UNE" que tinha como "[...] proposta formalizada de alteração da consciência popular e dos seus membros". Os três coordenadores do CPC, no seu breve período de funcionamento, foram: Carlos Estevam Martins, Cacá Diegues e Ferreira Gullar. Havia departamentos de Teatro, Cinema, Música e Literatura que foram marcantes nas caravana da *UNE Volante*, percorrendo todos os Estados da federação. O sucesso do disco *O povo canta (O Subdesenvolvimento, Zé da Silva, Grilheiro vem, O trilhãozinho)* vendeu 11 mil exemplares e financiou, em grande parte, o filme *Cinco Vezes Favela*. Foram montadas várias peças de teatro de impacto político popular *(O auto dos 99%; A mais valia vai acabar, seu Edgard; Auto dos Cassetes etc)* e um setor de literatura em que foi publicada a coleção de 16 livros de bolso, *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada por Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira, cujos primeiros volumes foram: *A questão das ligas camponesas,* de Francisco Julião; *Quem é povo no Brasil?,* de Nelson Werneck Sodré; *Porque os ricos não fazem greve?,* de Álvaro Vieira Pinto; *Quem dará o golpe no Brasil?,* de Wanderley Guilherme dos Santos; *Quem são os inimigos do povo* de Teotônio Junior, entre outros. (BERLINK, 1984, p. 23-42)

A relação entre a Legalidade e a UNE necessita ser contextualizada para que se possa compreender os efeitos que a mesma terá sobre o movimento estudantil regional e brasileiro. As posições políticas do movimento estudantil começaram rapidamente a se radicalizar. A mudança qualitativa da agenda que uniu o movimento estudantil se deu em torno das bandeiras inspiradas tardiamente na Reforma de Córdoba de 1918.

O movimento de reforma encontrou, na velha cidade colonial de Córdoba, uma universidade que se formara sob o controle dos jesuítas (antigo Colégio Montserrat). As universidades nacionais ar-

gentinas transformaram-se, regidas pela lei nacional de 1885, que era similar para as universidades de Buenos Aires, La Plata ou Córdoba. O predomínio das elites liberais nas duas primeiras universidades contrastava com Córdoba que, ao contrário, "[...] nada alteraba la paz colonial, nada comovia a la oligarquia cultural, apendice de la Iglesia, que controla os claustros.". A partir de 1917, o país começa a mudar: "[...] crescia el numero de huelgas y el poder de los sindicatos, se afianzaba la representación socialista no Parlamento [...]" e uma nova força política chegava ao poder, com a vontade de mudança das classes médias; a União Cívica Radical com o Presidente Hipólito Yrigoyen. (DEL PONT, 2005, p. 51).

A situação social em Córdoba começou a se agravar em 1917, com a formação de sindicatos e sucessivas greves:

> [...] os estudantes, por meio da Federação Universitária de Córdoba, apoiaram o movimento operário e a greve geral decretada pela Federação Operária, [...] demonstrando a íntima ligação que vai se produzindo entre operários e partidários da Reforma Universitária (DEL PONT, 2005, p. 51)

A mobilização dos estudantes começa com uma manifestação de rua, em 10 de março de 1918, e forma-se o Comitê Pró-Reforma que difundiu o primeiro documento dirigido à juventude argentina:

> La Universidade Nacional de Córdoba amenaza ruína: su cimientos seculares han sido minados por la acción encubierta de falsos apostoles; ha llegado al borde del precipício, por la labor anticientifica de sus academias, por la ineptud de sus dirigentes, por su horror al progreso y a la cultura, por la inmoralidad de sus procedimientos [...] y por carecer de autoridad moral. (DEL PONT, 2005, p. 51)

Com a simpatia oficial, a primeira etapa da reforma foi concluída, com o interventor anunciando a elaboração de uma reforma dos estatutos. A proposta previa a participação dos professores na eleição dos membros do conselho e do reitor, mas não explicitava a participação dos estudantes e egressos. E essa era uma bandeira

dos estudantes latino-americanos que já havia sido proposta no Primeiro Congresso Americano de Estudantes, em Montevidéu, e retomada nos congressos internacionais de Buenos Aires (1910) e Lima (1912).[3] (PORTANTIERO, 1987, p. 30-54)

Sem entrar nos detalhes das várias etapas do processo de luta da Reforma Universitária de Córdoba até a sua vitória, resta mencionar que o movimento se articulou com a criação da Federação Nacional Argentina de Estudantes e se radicaliza em Córdoba quando o candidato a reitor, apoiado pelos estudantes, é derrotado nas eleições. A luta reacende com violência, os estudantes confrontam-se nas mobilizações de rua com a polícia. Após o fracasso de vários interventores, em 9 de setembro, os estudantes ocupam a Reitoria, reabrem a Universidade, elegem as autoridades e convidam o povo para a abertura dos cursos. Após dois meses de greve e manifestações, com o apoio crescente da população, foi a nomeado interventor o próprio Ministro da Instrução Pública, José S. Salinas. Este acolheu as demandas estudantis e aceitou a demissão dos catedráticos conservadores, nomeou as novas autoridades ligadas ao movimento, instituindo a principal reivindicação dos estudantes: o cogoverno da universidade[5]. Em 11 de outubro, o interventor concluiu sua missão: "Señor Rector, señores consejeros: Quedais em posesión de la Universidad de Córdoba, reconstruída". (SANGUINETTI, 1968, p. 23-44; DEL PONT, 2005, p. 131-191)

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

Na década de 1960, a UNE, em contato mais estreito com as federações estudantis do cone sul, transpôs as bandeiras da reforma argentina para o contexto brasileiro. Essa opção provocou um impulso renovador no debate universitário brasileiro e o ideário de Córdoba de uma universidade democratizada, com compromisso social, oferecia um conjunto de propostas que teve um impacto mobilizador entre as lideranças estudantis.

O elo com o passado dessa nova etapa da Reforma Universitária foi a realização, em 1960, do *Seminário Latino-americano de Reforma Universitária*, no qual as lideranças da UNE aprofundaram seu conhecimento da reforma argentina de Córdoba e sua difusão hispano-americana. Após estender-se para as universidades argentinas (Buenos Aires, La Plata, Santa Fé, Tucuman), penetra nas demais universidades latino-americanas. Em 1921, "[...] a reforma adquiere consagración exterior: en el Congreso Internacional de Estudiantes que se reune en México [...]" e "[...] es utilizado como ejemplo para los estudiantes de todo el mundo" (PORTANTIERO, 1987, p. 55).

Posteriormente, a UNE organizou dois seminários para discutir a reforma no Brasil: em 1961, o *Seminário Nacional de Reforma Universitária de Salvador* e, em 1962, após a Legalidade, a Carta do Paraná elaborada em Curitiba. O primeiro já debateu a relação entre a Universidade e a sociedade: uma das principais bandeiras do movimento de Córdoba era o compromisso social das universidades com os povos da América Latina. A Declaração da Bahia menciona explicitamente "a revolução como posição consciente de todo um povo, no sentido de mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta" (O METROPOLITANO, Rio, 4/6/1961).

Em 1961, a UNE incorporou-se à *Campanha da Legalidade*, liderada por Leonel Brizola, transferindo provisoriamente sua sede para Porto Alegre, com toda a sua diretoria, sob a presidência de Aldo Arantes, e representou uma das primeiras experiências políticas concretas da nova geração de líderes estudantis.

O depoimento do presidente da UNE é sugestivo na análise do contexto da legalidade na perspectiva do movimento estudantil: "[...] pouco tempo depois ele cai (Jânio Quadros) e tem início a chamada "crise da legalidade" – a resistência. A UNE decreta greve nacional de repúdio ao golpe, porque houve tentativa golpista dos

militares impedirem a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Decretada a greve geral a UNE desloca sua diretoria para o Rio Grande do Sul, de onde, durante esse período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede da legalidade: "[...] O movimento estudantil, concretamente, ouvia as orientações da UNE através dessa rede. Houve uma significativa participação da UNE e do Movimento Estudantil no movimento de repúdio ao golpe. No Rio Grande do Sul, de forma mais destacada, chegaram a ser formados contingentes que se preparavam para a eventualidade de uma resistência armada." (ARANTES, 1980, p. 15)

O deslocamento para a capital gaúcha permitiu à UNE firmar posições políticas diante da eminência de golpe militar e realizar um Conselho Extraordinário que produziu diversos documentos durante a Legalidade, com programas de ação para cada uma das áreas da diretoria da entidade nacional.

O primeiro documento definiu as reivindicações da UNE, em plena resistência democrática pela posse de João Goulart, e dividia-se em nove itens em que explicitava sua proposta para o futuro governo, estabelecendo a linha política que foi dominante na Frente-Única AP/PCB até o Golpe Militar de 1964:

O que a União Estadual dos Estudantes espera de Jango

1. Um Governo Popular firme e decidido a atender os interesses das classes trabalhadoras, apoiando-se em suas reivindicações e em sua luta pela Justiça Social.
2. Um Governo apoiando-se não em grupos econômicos e na burguesia internacional, mas no povo brasileiro que o garantiu e o garantirá no exercício pleno de seus direitos presidenciáveis.
3. Governo livre trabalhando por um Brasil livre da pressão dos grupos internacionais, do colonialismo, por um Brasil soberano e autodeterminado.
4. Governo de liderança na América Latina comandando a luta pela autodeterminação dos povos em apoio ao bloco neutralista.

5. Governo de consolidação das conquistas nacionalistas, Petrobrás, defesa das riquezas minerais, proibição da remessa de lucros, lei antitruste, industrialização do país.
6. Governo de unidade econômica nacional, impedindo a exploração regional, o colonialismo interno.
7. Governo da justiça social e da coibição do abuso econômico de grupos e classes; da planificação e do desenvolvimento, contribuindo para a justa distribuição da renda nacional; garantindo ainda o direito de greve, a participação dos lucros e a cogestão operária.
8. Governo que torne efetiva a reforma agrária, exigência de justiça para milhões de camponeses explorados em seus direitos fundamentais.
9. Governo que leve, custe o que custar, até o fim o seu mandato governamental em defesa intransigente dos sagrados direitos do povo e da nação.

A UNE só tem um compromisso: lutar pelo povo e pelo Brasil!
Rio Grande do Sul (2-9-1961).

Aldo Arantes – Presidente (MOVIMENTO, 1961, p. 26)

Nos dísticos e cartazes que os estudantes carregam, estão os anseios de todo o povo: Auto-determinação dos povos e reforma agrária.

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

Durante o movimento da Legalidade, os estudantes da UNE – com a presença de representantes de vários estados da federação

– participaram ativamente das sucessivas passeatas e manifestações públicas, desde agosto até o desfile farroupilha, em 20 de setembro, juntamente com os outros segmentos da população que se engajaram na resistência democrática, defendendo suas palavras de ordem em favor da *autodeterminação dos povos*, *liberdade e educação*, *reforma agrária,* entre outras.

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

O segundo documento foi a *Declaração de Porto Alegre*, elaborada conjuntamente pelos dirigentes nacionais da UNE e pelos presidentes das Uniões Estaduais de Estudantes.

> *Nós, presidentes das diversas entidades estaduais, reunidas em Conselho Extraordinário da União Estadual dos Estudantes, em Porto Alegre, vimos, em vista das Resoluções deste Conselho, trazer ao público, e particularmente aos universitários de todo o Brasil, nossa mensagem de fé nos destinos democraticos do país e de certeza de que nossa luta ainda está viva, e que só se consumará com a conquista para o país, de uma sociedade nova, mais justa e humana.* [...]
> *Por outro lado, queremos que fique clara nossa posição em face da continuidade do processo político interrompido pela renúncia do sr. Jânio Quadros. Exigimos reformas e base, que alterem em profundidade as estruturas caducas e conservadoras da nação.*[...] *Estamos ao lado dos operários, das forças armadas progressitas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que juntos, pressionemos às últimas consequências, até que estas aspirações sejam realizadas. [...]*

> *À UNE, como entidade de liderança e representação, cabe promover esta união, consultando e dando assistência às bases universitárias, identificando com ela e suas aspirações, promovendo esta unidade que será nossa maior arma neste movimento que é de todo o povo brasileiro* (MOVIMENTO, 1961, p. 5-6).

No periodo de 16 a 21 de setembro, realizou-se o *Conselho Extraordinário de Estudantes*, reunindo todos os dirigentes das entidades estaduais universitárias, "[...] para estudar problemas políticos e administrativos da UNE". Esta reunião estabeleceu um marco inovador do movimento estudantil brasileiro, na medida em que "[...] a partir do momento em que tomou posse a nova Diretoria da UNE, formulou-se claramente o desejo de fazer-se uma revisão completa sobre o movimento universitário brasileiro e, baseados num criterioso estudo, traçar-se as diretrizes que deveria orientá-lo". (MOVIMENTO, 1961, p. 6)

Um documento importante, destinado aos estudantes e seu posicionamento diante da experiência da Legalidade, foi o *Informe da União Nacional de Estudantes sobre a Crise Nacional*. Ele define a responsabilidade dos estudantes perante a sociedade brasileira:

> O movimento estudantil, em nosso país, como de resto em todas as demais regiões subdesenvolvidas e atrasadas do globo, tem por principal característica a participação ativa no sentido de transformar e superar uma situação de dependência e de miséria, que mesmo aos olhos dos mais céticos se apresenta como revoltantemente irrecusável.

Apela para a aliança com outros setores sociais:

> Em aliança com as demais forças e camadas sociais na luta por uma sociedade mais humana, estamos nós, universitários, representados de uma forma de organização que tem seus alicerces nos Diretórios Acadêmicos, as direções intermediárias nos Diretórios Centrais e nas Uniões Estaduais, e na direção central da União Nacional de Estudantes. E é realmente através dessas entidades representativas que a voz

> da classe tem se feito ouvir. [...] Essa unidade que não é feita em torno de nomes, de acordo ou de fórmulas pré-fabricadas, tem sua expressão legítima na busca de objetivos comuns.

E conclui com avaliação de que a participação do movimento estudantil na Legalidade foi um ensinamento estratégico para o futuro da luta estudantil:

> Se a história de um movimento estudantil brasileiro plena de episódios de real significância, se ainda agora, na recente crise política que abalou o país, grande foi a nossa participação, é nosso dever confirmar esta tradição – orientando-nos em direção aos caminhos que conduzem à dignidade e à generosidade humana (MOVIMENTO, 1961, p. 7).

A UNE realiza também uma *Análise Política da Crise Nacional*, centrada em duas dimensões: a "estrutura econômica" e a "estrutura política". Na parte econômica, faz um diagnóstico sobre o quadro brasileiro: "[...] somos um país de economia de tipo colonial, subdesenvolvido e em fase de superação dos obstáculos ao seu desenvolvimento. País dentro de um bloco capitalista, em estreita dependência de uma política econômica de tipo liberal" e ao mesmo tempo liderada "[...] por grupos políticos comprometidos com a dependência, dóceis ao comando externo". E acrescenta: "Vemos assim que o Brasil, como um todo, não resolveu os problemas básicos da população em crescimento. Como economia-reflexa e dependente, não consegue se libertar dos entraves que lhe são impostos pelas pressões externas, pelas grandes dívidas, por uma política liberal, de privilégios de grupos, em que o povo, não conseguindo fazer ouvir suas exigências, vê um Estado liberal atendendo às pressões dos grupos, em detrimento de uma solução mais radical que planificando a Economia [...] pudesse responder a esse povo como um economia para o povo brasileiro". (MOVIMENTO, 1961, p. 8)

No campo político, o documento reafirma que "[...] há uma ausência constante [...] do povo como elemento de decisão" e considera que

> [...] o estado brasileiro ponto de convergência dos interesses maiores dos grupos econômicos, foi sempre estado-coalisão, estado-mediador de conflitos em que o mais forte decidia contra o mais fraco, dentro da ordem e da democracia da metade, se é verdade que contamos com 56% de analfabetos.

Além da crítica ao estado controlado por grupos da oligarquia dominante, associada aos interesses do capitalismo transnacional, a UNE destaca a importância da Revolução Cubana abrindo novas perspectivas:

> Antes da crise, já se fazia sentir na América Latina os impactos das revoluções socialistas e o êxito de Cuba que permitia uma condenação mais radical da realidade política e o despertar para a superação deste sistema decadente que atendia tão somente a grupos minoritários e quase supra-nacionais.

O texto faz uma advertência sobre a lições da crise da Legalidade:

> O interesse provocado pelos os acontecimentos da crise não terá maior capitalização, se não houver para o futuro uma concentração de pontos de vista e uma articulação prática. Nesta articulação, cabe insistir na unificação, através da UNE, do pensamento universitário progessista e democrático, a ampliação de uma frente consolidada e apta a enfrentar, nacionalmente, todas as novas situações que porventura forem criadas. Este trabalho comum não se refere apenas a uma crise, mas a toda uma missão que está destinada ao estudante brasileiro.

Após sugerir uma série de ações práticas para a conjuntura da posse do novo Presidente (Comissão de Inquérito para investigar renúncia de Jânio; julgamento público e punição dos culpados pela tentativa de golpe; plebiscito popular para a escolha do sistema de governo), o documento fecha a análise da seguinte forma:

> Finalmente, os estudantes brasileiros lutam ainda pela emancipação total do Brasil do jugo capitalista e pela formulação

> de um socialismo democrata, humano, que as massas possam realmente decidir, planejar e orientar o seu próprio destino num respeito ativo ao homem, em seus direitos inalienáveis. (MOVIMENTO, 1961, p. 8-10)

Durante os cinco dias de intensa reunião do Conselho, os dirigentes nacionais e estaduais trabalharam em sessões plenárias e comissões para elaborar os relatórios de planejamento da UNE e da realidade política nacional, baseados fundamentalmente nos informes elaborados pela diretoria e pelos assessores da UNE. Os principais foram do *Departamento de Imprensa e Comunicação*, que compreendia todas as publicações da UNE, sua divulgação, além da organização de um sistema de informações à imprensa e às unidades estudantis de todo o país. A *Coordenação Universitária* propôs-se a criar assessorias por Estado, Plano Piloto de Contatos e Plano Assistencial visando a articular as atividades da UNE com as direções das UEEs estaduais, com grupos de estudos do setor educacional, dos problemas nacionais e internacionais.

A *vice-presidência de Assuntos Educacionais e Culturais*, tinha à frente Marco Aurélio Garcia, cuja finalidade maior "[...] será a de colocar em termos objetivos a luta pela reforma universitária". Esta compreendia desde "a revisão do documento de Salvador" sobre reforma universitária, levantamento da situação do ensino superior nas várias regiões do país, campanha em defesa da escola pública e elaboração da tese da UNE para o IV Congresso Latino-americano de estudantes e organizar II Seminário Nacional de Reforma Universitária", que será em Curitiba (Carta do Paraná).

A vice-presidência de Problemas Nacionais, dirigida por Mário Lúcio Alves Baptista, propôs a criação de um *Centro de Estudos Nacionais* na sede da UNE para fazer estudos gerais focados em três temas: Novo Plano para uma Reforma Agrária; Plano para uma reforma Cambial; Estudo social das favelas do Rio de Janeiro e elaboração de Plano de Assistência. Para o *Intercâmbio Internacional* o vice-presidente Clemente Rosas Ribeiro criou três Divisões: de Publicações internacionais; de Bolsas de Estudo no exterior; e de Estudos Internacionais para a organização de equipes de trabalho para elaboração de teses para os eventos internacionais em que participaria a UNE, especialmente

para IV Congresso Latino-americano de Estudos que se realizou em 11 de outubro de 1961, no Rio de Janeiro, sob a presidência de Aldo Arantes.

Foi feito um ambicioso planejamento das atividades a serem realizadas pela *Vice-presidência de Assistência Universitária*, sob a coordenação de Roberto Amaral. Esta estruturou-se em três grupos principais: Procuradoria; Assistência Complementar e Assistência proriamente dita, propunha-se a cobrir: desde a hospedagem em espaço da própria sede da UNE de dirigentes das UEEs que viessem ao Rio, até a assistência em todas as suas formas (Policlínicas; Restaurantes; Casas de Estudantes; Bolsas de Estudos no país e exterior; cooperativas; Cooperativas; Livro Didático; Congressos Estaduais etc).

Na oportunidade, puderam os líderes estudantis reunirem-se com o governador Leonel Brizola para debater "[...] os últimos acontecimentos políticos, onde cada conselheiro fez um relato de como foi a crise em seu Estado, findo o qual falou longamente sua excelência sobre o que houve no Rio Grande do Sul e de suas perspectivas face à atual conjuntura" (MOVIMENTO, 1961, p. 6).

Nem a chuva arrefeceu o ânimo dos voluntários da Resistência.

Conselho Universitário da UNE reunido, em Palácio, com o Governador Leonel Brizola.

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

A UEE do RS

No Rio Grande do Sul, a discussão sobre reforma universitária, numa primeira fase, foi iniciativa da Federação dos Estudantes da URGS (FEURGS), até então sob a hegemonia do PCB que, durante a Legalidade, realizou um primeiro seminário na Colônia de Férias da

UFRGS, em Tramandaí. No encontro foram delineadas as medidas que deveriam ser tomadas para a evolução da sociedade nacional e o papel a ser desempenhado pela universidade nesse contexto. Os principais temas tratados no Seminário foram: "Realidade brasileira"; "Democratização do Ensino"; "Reforma dos métodos de ensino universitário"; e "Papel do Estudante Universitário". Em suas conclusões, o documento ressalta que

> [...] para que nossos ideais sejam atingidos plenamente, é necessário desenvolver [...] um intenso processo de evolução sócio-econômica do país: Reforma Agrária, Reforma Urbana, socialização dos meios de produção, maiores liberdades democráticas, reforma eleitoral, industrialização, tudo que permita de fato a ascensão do proletariado [...]" (SEMINÁRIO DE TRAMANDAÍ, 1961, p. 2, p. 61).

A longa preparação dos seminários, das reuniões e dos debates sobre a reforma universitária foram estratégicas para que a Greve do Terço tivesse obtido o amplo apoio dos estudantes no país. *As Caravanas da UNE Volante*, com o apoio de Brizola, tiveram um papel precursor no processo de conscientização dos estudantes, valorizando a centralidade do papel da Universidade para o desenvolvimento do país.

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

A evolução do movimento universitário no Rio Grande do Sul, a partir do final da Legalidade, foi marcada por uma decisão do

Conselho da UEE que teve um papel estratégico no protagonismo da União Estadual de Estudantes, até então uma cúpula estudantil sem ação efetiva no conjunto do Estado. Em setembro de 1961, foi realizado um plebiscito universitário – promovido pela entidade – para estabelecer a forma de escolha dos seus dirigentes estaduais, em que se aprovou amplamente a eleição direta para a presidência e vice-presidência da UEE. Por ampla maioria, os estudantes consultados optaram pela mudança da forma de eleição tradicional através do voto indireto dos delegados ao Congresso estadual da UEE que se transformara num grande conchavo entre os grupos ideológicos em disputa. A próxima eleição para os dirigentes da UEE gaúcha, em maio de 1962, foi pelo voto direto dos estudantes.

Numa nova conjuntura, certamente sob o influxo da resistência democrática da Legalidade, estabeleceu-se uma nova regra em que os candidatos deveriam se preparar para uma campanha eleitoral em todo o Estado na busca do apoio das bases universitárias. Este processo eleitoral da UEE-RS foi a única experiência no Brasil em que foi realizada, em decorrência de uma consulta democrática, a primeira eleição direta para a presidência e vice-presidência da UEE.

Cabe registrar que, ao começarem a se organizar as diferentes chapas de candidatos, constatou-se a presença de representantes do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) que, como braço econômico da conspiração civil-militar, procuraram líderes estudantis de direita para financiá-los, com o objetivo de conquistarem a direção da UNE em seu próximo congresso nacional. Em reunião realizada numa das faculdades isoladas de Porto Alegre, um grupo de líderes antiesquerda aceitou o apoio financeiro, em torno de um candidato à presidência da UEE, oriundo do DCE da PUCRS.

Posteriormente houve uma reviravolta no acordo firmado, na medida em que o candidato em questão aceitou um acordo com os dirigentes da FEURGS, de orientação de esquerda, inviabilizando a estratégia anti-UNE do IPES. Esse acordo de cúpula, entre dirigentes das maiores entidades estudantis da PUC e da UFRGS, abriu o espaço para que dois candidatos próximos da AP, em formação no RS, buscassem a alternativa de fazer campanha junto às bases estudantis das instituições acadêmicas da capital e do interior, frente à poderosa articulação dos centros acadêmicos da capital.

Os candidatos Francisco Ferraz (presidente) e Helgio Trindade (vice-presidente), com uma proposta de reforma universitária e de "descupulização da UEE" venceram amplamente as eleições frente à aliança de Luiz Adão Rahde Gonzaga (DCE da PUC-RJ) e Ruben Ilgenfritz da Silva (FEURGS).

O resultado das eleições, dando ampla vitória à chapa de oposição, marcou uma mudança importante no padrão de escolha dos líderes estudantis, com reflexos na dinâmica de ação da UEE do Rio Grande do Sul. A vitória ocorreu nas instituições de educação superior do interior e na capital, conforme os resultados do quadro abaixo.

RESULTADO FINAL DA ELEIÇÂO DIRETA UEE-RS 17 de maio 1962					
	Votos			Votos	
Franciso Ferraz	971	7	Luiz Adão Rahde Gonzaga	1906	3
Helgio Trindade	023	1	Ruben Ilgenfritz da Silva	1646	9
Total	994	9		3552	1

No RS, além do primeiro seminário gaúcho, antes da posse dos novos dirigentes, a UEE promoveu o seu XX Congresso Ordinário, de 28 a 31 maio, reunindo os representantes de todos os diretórios acadêmicos. Com uma temática focada nos temas políticos, culturais, assistenciais, o Congresso elaborou um *Manifesto* assinado pelos integrantes de todas as entidades representadas (UNE, FEURGS, DCE-PUC, Universidades e Faculdades do interior).

Os signatários "[...] hipotecam inteira solidariedade com o movimento universitário brasileiro em prol desta luta [...] pela participação dos estudantes, de todos os membros ou representantes dos mesmos nos órgãos de administração: Conselho Universitário, Congregação e CTA". O texto termina com uma advertência: "A não consideração por parte dos poderes competentes da nossa proposição, nos imporá a medida extrema da *greve*, dada a urgência de encaminhamento dos novos *estatutos das universidades* ao Conselho

Federal de Educação". (O MINUANO, Edição Extra, maio 1962, p. 1 e 4)

Em 31 de maio de 1962, a data da posse dos novos dirigentes da UEE coincidiu com a deflagração da Greve Nacional do Terço. A cerimônia de transmissão dos cargos aos novos dirigentes da UEE, às 20 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS, contou com a presença do presidente da UNE, Aldo Arantes, e do vice-presidente, Marco Aurélio Garcia, em sessão solene presidida por Ernildo Stein, presidente da UEE que concluía seu mandato. Em plena cerimônia, chega um telegrama da sede da UNE informando que fora decretada a greve nacional, o que obrigou os novos dirigentes da UEE a reunirem os estudantes dos diversos cursos noturnos da UFRGS, e antes da meia-noite as diversas assembleias aderiram à greve. Ao longo do dia seguinte, as assembleias dos cursos diurnos foram aderindo ao movimento e, no dia 1 de junho, toda a UFRGS e as universidades do interior aderiram à greve nacional que durou quatro meses.

Fonte: Revista Movimento. Rio de Janeiro. Edição Especial: a UNE e o Golpe. 1961.

O editorial do jornal *O Minuano – Posse e Greve* – captou o clima político da conjuntura e seu significado transformador:

> Coincidiram com rara felicidade, no dia 31 de maio, dois momentos de relevância para a vida universitária gaúcha. Ainda que uma distância separe os fatos positivos da posse de Francisco Ferraz na presidência da UEE e da greve pelo

> co-governo na base de 1/3, o sentido último dos dois eventos é o mesmo e identificado: superação de algo, renovação de tudo, início de uma nova época estudantil em nosso Estado. [...] Vai nessa greve e nessa posse um protesto. A posse é o protesto da classe contra as cúpulas alienadas, verbosas e interesseiras. A greve é o protesto contra a opressão das classes por outras classes, do irmão por outro irmão, contra o subdesenvolvimento. Um grito de tristeza pela escravidão econômica que, em nosso século, simboliza toda a escravidão. Um grito de vergonha pelo Brasil dominado por um Senado oligárquico e pelos privilégios alicerçados por sua força". O editorial termina com a advertência: "Posse e greve, pedra de advertência para que se previna a avalancha. E que não tenhamos que dizer, no futuro e com pesar, que não ficou pedra sobre pedra." (MINUANO, Edição Extra, 1962, p. 1)

Em consequência, a primeira saudação dos dirigentes eleitos e empossados na UEE não foi apenas um agradecimento pela "[...] confiança em nós depositada e de certeza de que não faltaremos nos compromissos assumidos", mas de comando na liderança da greve desencadeada: "Nossa primeira palavra aos Universitários do Rio Grande do Sul é de conclamação para que, unidos em torno desta reivindicação justa [...] lutemos pelos nossos direitos que, na presente reivindicação se caracteriza com um postulado fundamental da concepção de universidade como "Comunidade de Professores e Alunos" [...] "Urge que cada universitário conscientize esta palavra de ordem e apóie esta luta do movimento nacional de Reforma Universitária. Unidos conseguiremos dar a nossa colaboração para o progresso da Universidade Brasileira." (MINUANO, ibid)

A mobilizacao dos estudantes pela reforma universitária com a decretação de greve geral nacional *(greve do terço)*, em 31 de maio de 1962, paralisou a maior parte das 40 universidades brasileiras da época. O prédio do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, foi ocupado por três dias pelos universitários. A repressão continuou com a força pública do governador direitista, Carlos Lacerda, e o Movimento Anticomunista (MAC) metralhou a sede da UNE, no Rio de Janeiro. Nossa hipótese sobre o período é que

os desdobramentos da ação da UNE, tanto na luta pela Reforma Universitária quanto no comprometimento com as reformas de base, gestaram durante a experiência da Legalidade as condições efetivamente favoráveis para seu avanço político-ideológico posterior. Com as *Caravanas da UNE Volante* que partiram de Porto Alegre, a discussão sobre a Reforma Universitária nacionalizou-se e aprofundou-se em diferentes Estados. Os temas mais presentes, dentre as bandeiras da luta do movimento estudantil, foi a do cogoverno universitário e o compromisso social das universidades com a sociedade brasileira.

Da mesma forma, a entidade estadual do Rio Grande do Sul criou as *Caravanas Universitárias da UEE* para levar a discussão da reforma universitária para o interior do Estado, reproduzindo de forma própria a dinâmica da UNE-Volante. A UEE começou suas Caravanas em Caxias do Sul e Santa Maria. Posteriormente a Caravana foi a Passo Fundo, Ijuí, Pelotas e Rio Grande. As duas primeiras Caravanas contaram com a participação do presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, da AP, eleito no Congresso da UNE, no Quitandinha (Petrópolis, RJ), sucedendo a Aldo Arantes.

As Caravanas cumpriram uma ampla e diversificada agenda, com participação dos dirigentes da UEE e integrantes do Centro Popular de Cultura UEE, Jograis da União Gaúcha de Estudantes Secundários (UGES), Coral do Instituto de Belas Artes da UFRGS e do Cine-Clube Universitário. Essas atividades tinham um sentido institucional de afirmação da UEE como entidade máxima dos estudantes no Estado e foram feitas, tomando como exemplo a Caravana em Caxias do Sul, inicialmente visitas formais às autoridades locais: prefeito municipal, bispo diocesano e diretores das faculdades locais. No domingo, a abertura das atividades da Caravana iniciava-se com o Cine-forum na qual eram exibidos o filme francês *A grande ilusão,* de René Clair, ou o grego *Aquele que deve morrer,* de Nicos Kazantzákis, ocasião em que fazia um primeiro debate com os estudantes. À noite, realizava-se a apresentação do Centro de Cultura Popular da UEE, exibindo através de canções sobre temas políticos e sociais, especialmente a canção do CPC da UNE: *O subdesenvolvido.*

A parte substantiva das discussões girava em torno da Reforma Universitária, num momento estratégico, porque a Greve do Terço

havia terminado sem nenhum avanço em suas reivindicações. Retomar a discussão pós-greve, com as bases universitárias, foi fundamental para aprofundar a reflexão sobre o tema e na definição das novas estratégias de ação da UEE. A agenda de reuniões da Caravana estruturava-se em torno de alguns temas: 1- *Estudo da Reforma Universitária*: a partir de um documento elaborado pela Secretaria de Ensino da UEE estabelecendo um balanço da situação e oferecendo subsídios aos estudantes para a preparação do Seminário Gaúcho de Reforma Universitária; 2- *Reunião com os Presidentes dos Centros Acadêmicos*: debate sobre os grandes problemas do desenvolvimento brasileiro e seu relacionamento com o contexto internacional, mas foi a reforma agrária que se tornou o centro de debate; 3- *Manifesto*: foi também objeto de divulgação e discussão o *Manifesto aos Universitários do Brasil*, elaborado na gestão de Aldo Arantes no DCE da PUC-RJ que está na base da formação da AP; 4- *Palestras*: duas palestras foram feitas aos estudantes. A primeira do vice-presidente Helgio Trindade, que "abordou aspectos da política estudantil face a seu enquadramento no movimento de emancipação do homem e da nação brasileira"; a segunda, do presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, que apresentou a UNE, a "ideologia do movimento universitário" e esclareceu dúvidas sobre as críticas usuais ao papel da UNE; 5- *Reunião com os Diretores das Faculdades*: permitiu um diálogo direto com os responsáveis pela direção das faculdades, com a análise das reivindicações estudantis e seus comentários francos. Ao final do debate, com a argumentação dos dirigentes da UEE, o assunto foi mais bem compreendido pelos diretores que tiveram uma atitude mais favorável à reivindicação. (MINUANO, 1962, p. 4-5)

O balanço das Caravanas a todos os municípios universitários do Estado revelou-se uma experiência positiva de diálogo aberto com as bases estudantil em cada cidade e com as autoridades locais, produzindo um impacto na mobilização e no aprofundamento da problemática da Reforma Universitária.

Posteriormente, foi realizado por iniciativa de União Estadual de Estudantes o *I Seminário Gaúcho de Reforma Universitária*, na Faculdade de Direito da UFRGS, nos dias 21 a 28 de outubro de 1962, com a participação de representantes dos centros acadêmicos da capital e do interior, e foram convidados professores para

participarem dos sucessivos painéis de debate. Segundo o jornal *O Minuano,* órgão oficial da UEE-RS:

> De acordo com o temário pode-se ver que o seminário abordará toda a temática da Universidade Brasileira, desde a própria concepção de Universidade, com suas características essenciais, missão e funções, e um estudo da realidade brasileira, até uma análise crítica da atual Universidade Brasileira e um estudo da realização concreta do movimento reformista, levando em consideração todos os condicionamentos atualmente existentes, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (MINUANO, 1962, p. 9)

A estrutura das mesas de debate indicava o formato do mesmo, no qual os temas reformistas se mesclavam com atividades culturais e cinematográficas: *A Universidade e a realidade sócio-cultural, Realidade sócio-cultural brasileira, Crítica da Universidade Brasileira, Esboço de uma nova Universidade Brasileira e Formas de concretização da Reforma Universitária*. Na ocasião foi apresentado um espetáculo do *Centro de Cultura Popular da UEE* e o filme *Cinco Vezes Favela do CPC da UNE*.

O fato histórico e marcante do Seminário foi a corajosa conferência pronunciada pelo professor de Filosofia, Ernani Maria Fiori, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS, no dia 22 de junho de 1962, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, intitulada *Aspectos da Reforma Universitária*.[4]

Fiori inicia sua conferência enfrentando a questão da greve:

> Soube que alguém teria dito estar eu fanatizado pela greve dos senhores estudantes, a ponto de julgá-la sagrada. Devo declarar que, para mim, essa greve não é nem sagrada, nem demoníaca – é humana. E como todas as coisas humanas têm seus aspectos de falhas e virtudes. Coloco-me diante da greve, como professor, como educador que se esforça em realizar, convenientemente, sua missão.

E acrescentou esta frase corajosa de um educador consciente de sua omissão: "Pelo menos há seis meses, por imposição de lei[6], deveria-

mos nós os professores estudar o assunto do co-governo. Não fomos, portanto, surpreendidos. Se não falamos antes, nós nos omitimos". (CADERNOS DE REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1962, p. 13)

A partir desse posicionamento pessoal à luz de princípios fundados em sua formação filosófica, apoia sua posição em seu conceito de Universidade: "Não daria uma visão exata de Universidade, se tentasse concebê-la dentro de limites estreitos [...] como simples escola ou conjunto de escolas de nível superior". E discorre de forma lapidar sobre sua concepção da natureza da instituição universitária: "Para mim, a Universidade é o centro da máxima conscientização do processo cultural, e cultura é alma da civilização". E agrega essa explicitação do seu conceito de universidade:

> Cultura significa originariamente cultivo da natureza, cultivo dos campos. [...] No caso do homem, há também cultivo, cultivo da pessoa que, desenvolvendo suas virtualidades, afirma-se na linha da personalidade. [...] O homem, pelo espírito e pela liberdade, transcende sempre os limites da natureza, é capaz de aventura e história. (*Ibid*, p. 15-20)

E, em síntese, conclui que "[...] a Universidade, comunhão de mestres e alunos, associação de meios de criação cultural, é, evidentemente, integração comunitária que faz, como disse e repito, no coração mesmo da cultura e, portanto, da civilização". (*Ibid*, p. 15-20)

Este ousado e corajoso pronunciamento do Prof. Ernani Maria Fiori – fundado em razões históricas, teóricas e políticas, e sustentado de forma brilhante em plena greve do terço em favor da tese defendida pelo movimento universitário nacional –, teve como consequência, após o golpe militar de 1964, a cassação dos seus direitos políticos por dez anos, submetido que foi a uma Comissão de Inquérito constituída, instalada na UFRGS, por decisão do Reitor Eduardo Faraco, para julgar os "professores subversivos".

Num olhar retrospectivo dos últimos cinquenta anos, ressaltam duas figuras cujo legado ficou na memória política de sucessivas gerações: a bravura pessoal, a ousadia política e a altiva liderança do jovem governador rio-grandense, Leonel de Moura Brizola; e a coragem ética, o idealismo político e a lucidez intelectual do

inesquecível professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS, Ernani Maria Fiori, que sempre cativou seus alunos com sua inteligência luminosa.

The Legality and the Brazilian student movement
Abstract. The article relates the Legality of the Brazilian student movement. The leaders of the National Union of Students (UNE), created in 1937, suffering from nationalist ideals and critical profile of the Brazilian university, to participate in the political resistance against the coup of 1961, reached another milestone in the institutionalization process of the student movement. The hypothesis is that, from the Legality, there was a maturity and an advance in the integration process of the university in Brazilian political life, allowing expansion of UNE, supported by Goulart, throughout the national territory.
Keywords: University Reform. Legality. UEE. Student Movement. UNE.

Notas

[1] Todas as reproduções de fotografias e ilustrações insertas no texto foram retiradas da revista *Movimento*. Rio de Janeiro, Edição Especial: a UNE e o golpe.
[2] A AP desenvolveu-se com lideranças estudantis importantes no Rio de Janeiro (Aldo Arantes, Luis Alberto Gomes de Souza e o filósofo Padre Henrique Vaz SJ), na Bahia (Haroldo Lima, Paulo Mendes, Severo Sales), em São Paulo, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul. Neste último Estado, a hegemonia da AP no movimento estudantil na capital e no interior foi quase total entre 1962 e o golpe de 1964. Os seus líderes mais conhecidos foram os Profs. Ernani Maria Fiori e Leônidas Xausa e os líderes estudantis Ernildo Stein, Francisco Ferraz, Helgio Trindade, Manuel André da Rocha, Plínio Dentzien, Roberto Brinco, Paulo Crochemore, Paulo Thomas Fiori entre outros.
[3] Foi aprovado por unanimidade em Montevideo, "[...] como una aspiración que es de desearte sea llevada pronto a la practica, la representación de los estudiantes en los consejos directivos de la ensañnza universitaria, por medio de delegados nombrados".
[4] O artigo 38 do estatuto aprovado por Salinas consagra o cogoverno: "Los consejos consultivos nombraran sus miembros a propuesta de una asamblea compusta por todos os profesores titulares, igual numero de professores suplentes e igual numero de estudiantes" (Citado por PORTANTIERO, 1987, p. 54).

[5] Posteriormente, Plínio Dentzien (AP) venceu as eleições de FEURGS, tradicional bastião do PCB. Na segunda eleição direita da UEE, em 1963, venceram sem oposição chapa de oposição e com o apoio da esquerda unida: Roberto Brinco (Presidente/AP) e Paulo Crochemore (Vice-Presidente/AP)

[6] Tratava-se de Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada, em 1961 pelo Congresso Nacional.

Referências

ARANTES, Aldo. *Historia da UNE*: depoimentos de ex-dirigentes, v. 1. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *A história da ação popular*: da JUC a PC do B. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. *Movimento estudantil e a consciência social a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

BEOZO, Pe.José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*: Petrópolis: Vozes, 1984.

BERLINK, Manoel T. *Centro de Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Editora Papirus, 1984.

CADERNOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. Rio de Janeiro, s/Ed, 1962.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade Reformada. O golpe de 1964 e a modernização o ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DEL PONT, Luis Marcó. *Historia del Movimiento Estudiantil Reformista*. Cordoba: Editorial Cientifica Universitaria de Cordoba, 2005.

FELIZARDO, Joaquim Jose. *A legalidade*: o ultimo levante gaúcho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart*: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC*: os estudantes católicos e a política,

Petrópolis: Vozes, 1984

JORNAL O MINUANO (UEE/RS). Edição extra, maio 1962.

JORNAL O METROPOLITANO. Rio de Janeiro, 4/6/1961.

MANIFESTO DO DCE-PUC-RJ. Rio de Janeiro, jun. 1961.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y JUSTICIA DE LA NACIÓN. La Reforma Universitaria. Universidad Nacional de Cordoba/Fundación Friedrich Ebert, Buenos Aires: Editoral Legasa, 1989.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y politica e América Latina*: el processo de la Reforma Universitaria (1918-1938). Mexico: Siglo XXI, 1987.

REVISTA MOVIMENTO. Rio de Janeiro. A UNE e o golpe. Ed. Especial, 1961.

SANGUINETTI, A.Ciria – *Los argentinos*: los reformistas, v. 6. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1968

SEMINÁRIO DE TRAMANDAÍ. Porto Alegre, s/Ed., 1961.

TRINDADE, Helgio. A reforma universitária de Córdoba e seu legado simbólico. In: *Universidade Sociedade*, Brasília v. 8, n. 17, nov. 1988, p. 49-51.

_____. O ensino superior na América Latina: um olhar longitudinal e comparativo. In TRINDADE, Helgio; BLANQUER, Jean-Michel (Org.). *Os desafios da Educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Recebido em 24/11/2011.

Aprovado em 17/01/2012.